

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. -
Petrobras)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Índice

Relatório de Administração 2019.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	10
Balço Patrimonial.....	13
Demonstração do Resultado	14
Demonstração dos Resultados Abrangentes	15
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	16
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	17
Demonstração do Valor Adicionado	18
Notas Explicativas	19
1. Companhia e suas operações	19
2. Base de elaboração e preparação das demonstrações financeiras.....	21
3. Base de mensuração.....	22
4. Sumário das principais práticas contábeis	22
5. Estimativas e julgamentos relevantes.....	25
6. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações	25
7. Novos pronunciamentos contábeis	26
8. Contas a receber	26
9. Partes relacionadas.....	29
10. Despesas antecipadas.....	30
11. Diferido.....	30
12. Tributos	30
13. Arrendamentos mercantis	33
14. Patrimônio Líquido	35
15. Receita de arrendamento	36
16. Custo e despesa por natureza.....	37
17. Resultado financeiro líquido	38
18. Processos judiciais e contingências.....	39
19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	40
20. Eventos subsequentes	44

Relatório de Administração 2019

Senhores Acionistas,

Cumprindo os preceitos legais e disposições estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Baixada Santista Energia S.A. (BSE) relativas ao exercício findo em 31.12.2019, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, emitido pela KPMG.

ASPECTOS OPERACIONAIS

A BSE é proprietária de 2 (dois) turbogeradores que se encontram em poder da Controladora, Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, objeto dos contratos de Locação de Bens e de Comodato firmados entre as partes.

Por deliberação da Assembleia de Acionistas (AGE) de 24/11/2017, o Contrato de Comodato do Turbogenerador nº 1 foi renovado em 01/12/2017, com vigência até 01/12/2019. Considerando que a Empresa analisa a possibilidade de alienação do ativo ao Controlador, o contrato foi renovado por mais 120 dias.

Já o Contrato de Locação do Turbogenerador nº 2 foi celebrado em 03/01/2011, com vigência até 15/11/2024.

A PETROBRAS é responsável pela manutenção, preservação e por prover a cobertura de seguro dos bens, nos termos dos respectivos contratos.

A BSE mantém também com a PETROBRAS (Usina Nova Piratininga - antiga Usina Termelétrica Fernando Gasparian, localizada na cidade de São Paulo), um “Contrato de Disponibilidade de Máquinas” relativo a 2 (dois) turbogeradores, de números 3 e 4 da UTE Piratininga, equipamentos esses originários do “Contrato de Arrendamento” firmado entre a BSE e a EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. em 27/04/2007, com vigência até 27/04/2024.

Em 30/06/2017, por decisão da Assembleia de Acionistas (AGE), foi celebrado um novo “Contrato de Disponibilidade de Máquinas” com a PETROBRAS em 01/07/2017, com prazo de vigência até 27/04/2024.

O referido contrato prevê também o reembolso pela PETROBRAS dos valores pagos pela BSE a título de “Encargos de Conexão”, que corresponde ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT/CTEEP), firmados com a ONS – Operadora Nacional do Sistema Elétrico e Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, respectivamente.

ASPECTOS COMERCIAIS

Como os equipamentos (turbogeradores) estão sendo utilizados no Parque Termelétrico da PETROBRAS, não há geração de energia pela BSE e, conseqüentemente, comercialização de energia. A energia gerada é de propriedade da PETROBRAS, a quem cabe a sua comercialização.

Situação similar ocorre com os bens arrendados pela BSE junto a EMAE, disponibilizados à PETROBRAS através do “Contrato de Disponibilidade de Máquinas”.

Portanto, as receitas da BSE são decorrentes exclusivamente do Contrato de Locação de Turbogenerador nº 2 e do “Contrato de Disponibilidade de Máquinas e Outras Avenças”.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Em 2019, a BSE registrou Lucro Líquido de R\$ 6.822 mil representando diminuição de

38% ante o exercício de 2018, quando auferiu Lucro Líquido de R\$ 10.991, conforme apresentado na **Tabela 1**, abaixo.

Tabela 1 – Demonstrações de Resultado 2019

DRE (R\$ mil)	2019	2018	Δ (R\$)	Δ %	Impactos DRE - Eventos não recorrentes	
Receita de arrendamento	-	80.307	(80.307)	(100%)	-	-
Custo do arrendamento	-	(82.293)	82.293	(100%)	-	-
Lucro (Prejuízo) Bruto	-	(1.986)	1.986	(100%)	-	-
Gerais e Administrativas	(3.664)	(3.499)	(165)	5%	(3.664)	-
Tributárias	(2.565)	(4.255)	1.690	(40%)	(2.565)	-
Despesas operacionais	(6.229)	(7.754)	1.525	(20%)	(6.229)	-
Lucro antes do result. financ. e impostos	(6.229)	(9.740)	3.511	(36%)	(6.229)	-
Resultado financeiro líquido	17.192	43.131	(25.939)	60%	29.844	(12.652)
Receitas financeiras	65.880	28.147	37.733	(134%)	74.363	(8.483)
Despesas financeiras	(48.688)	(1.020)	(47.668)	(4673%)	(44.519)	(4.169)
Variações monetárias, líquidas	-	16.004	(16.004)	100%	-	-
Resultado antes dos impostos	10.963	33.391	(22.428)	(67%)	23.615	(12.652)
Imposto de renda e contribuição social	(4.141)	(22.400)	18.259	(82%)	(4.141)	-
Lucro do período	6.822	10.991	(4.169)	(38%)	19.474	(12.652)

Na continuação, serão apresentados os esclarecimentos das principais variações ocorridas em cada rubrica das Demonstrações do Resultado (DRE) de 2019.

Lucro Bruto

A Companhia celebrou, em fevereiro de 2013, Contrato de Disponibilidade de Máquinas com sua Controladora cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada, conforme Contrato de Concessão para geração de energia elétrica destinada a Serviço Público nº 001/2008, operando em ciclo combinado com as 4 Unidades Geradoras a gás natural da UTE Nova Piratininga da Petrobras (antiga UTE Fernando Gasparian). No mesmo mês, em função do término da outorga à BSE da concessão, e do Ministério de Minas e Energia não ter se posicionado sobre o assunto, a ANEEL manifestou-se pela prorrogação de 2 (dois) anos. O Contrato de Disponibilidade de Máquinas, conforme previsto contratualmente foi prorrogado por mais 12 meses.

Em 1 de julho de 2017, foi firmado novo Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras que estabeleceu pagamentos mensais de R\$ 7.538, corrigidos anualmente pelo IPCA, e vigência até 27 de abril de 2024.

Por conta da adoção à nova norma que traz um novo tratamento as operações de arrendamento mercantil (CPC 06 (R2)), a companhia, em linha com o Contrato de Disponibilidade de Máquinas, onde o controle dos ativos previstos em contrato é de posse da controladora (Petrobras), figura como arrendador intermediário e registrou o contrato acima citado de forma similar a um subarrendamento mediante referência ao ativo de direito de uso resultante do contrato de arrendamento com a Empresa Metropolitana de Água e Energia (EMAE). Assim, durante o período até 27 de abril de 2024, a companhia reconhece tanto uma receita financeira sobre o Contrato de Disponibilidade de Máquinas (subarrendamento) como despesas de juros sobre o arrendamento principal (EMAE) na conta de Resultado Financeiro e não mais como Receitas e Custos de Arrendamento. Por esta razão, o Lucro Bruto deixou de ser reportado a partir das Demonstrações Financeiras de 2019.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais Administrativas encerraram o exercício de 2019 em R\$ 3.664 mil ficando em linha com o valor observado no período de 2018, de R\$ 3.499 mil. O aumento ocorreu basicamente em função do reajuste anual dos serviços contratados.

Despesas Tributárias

As Despesas Tributárias apresentaram recuo de 40% ao passar de R\$ 4.255 mil em 2018 para R\$ 2.565 mil em 2019. O recuo foi provocado, principalmente em função da remensuração do fluxo dos recebíveis ocorrida a partir de 01 de janeiro de 2019, onde as parcelas foram reconhecidas líquidas dos efeitos dos impostos recuperáveis, portanto não sendo necessário o destaque dos mesmos como Despesas Tributárias.

Resultado Financeiro Líquido

Com a adoção do IFR16 (CPC 06/R2), no primeiro trimestre de 2019, a BSE passou a reconhecer um recebível de arrendamento, fruto do contrato do subarrendamento e um passivo de arrendamento referente ao contrato com a EMAE. Com isso, não temos mais a figura da receita de arrendamento e do custo de arrendamento nas Demonstrações de Resultado (DRE), somente o reconhecimento dos juros sobre o arrendamento e o subarrendamento.

Do lado das Receitas Financeiras, a nova forma de contabilização com a adoção do IFR16 (CPC 06/R2), provocou um aumento de receitas ocasionado pela apropriação dos juros dos recebíveis e pela remensuração decorrente dos reajustes dos contratos de arrendamentos financeiros com a Petrobras (Subarrendamento e Turbogenerator). Com isso, as Receitas Financeiras passaram de R\$ 28.147 mil em 2018 para R\$ 65.880 mil em 2019. Além disso, em 2019, a BSE teve um impacto líquido negativo em Receitas Financeiras de R\$ 8.483 mil, em função de seu recebível não mais considerar os efeitos de impostos recuperáveis em seu fluxo de caixa futuro. A BSE entende que essa atual estimativa reflete de maneira adequada o seu fluxo de recebimento futuro.

Por outro lado, as Despesas Financeiras passaram de R\$ 1.020 em 2018 para R\$ 48.688 mil em 2019, em função dos principais eventos citados abaixo:

- i. Multas de R\$ 2.327 mil e juros de R\$ 1.842 mil sobre o recolhimento em Jan/2019 em atraso do IRPJ e da CSLL, referente ao exercício de 2016 e 2017;
- ii. Apropriação de despesas com juros proveniente do Contrato de Arrendamento com a EMAE (R\$ 27.400 mil);
- iii. Despesa proveniente do reajuste anual do Contrato de Arrendamento da EMAE (R\$ 17.060 mil).

Em consequência disso, o Resultado Financeiro Líquido encerrou 2019 com saldo positivo de R\$ 17.192 mil ante resultado positivo de R\$ 43.131 mil em 2018 (redução de 60% na comparação anual).

Imposto de Renda e Contribuição Social

Com base no art. 497 do Decreto 9.580/18 e no art. 173 da IN 1700/2017, a BSE voltou a considerar o valor da Depreciação do Turbogenerator nº 2, objeto do Contrato de Arrendamento Financeiro com a Petrobras, para apuração de Imposto de Renda e CSLL.

Conforme pode ser observado na **Tabela 2**, abaixo, a decisão de considerar a Depreciação do Turbogenerador nº 2 na apuração de Imposto de Renda e CSLL ocasionou uma redução na ordem de R\$ 2,884 milhões de impostos, contribuindo para melhora do resultado da empresa.

Tabela 2 – Apuração de IR e CSLL 2019

Apuração IIR e CSLL 2019 (R\$ mil)	Sem Depreciação	Com Depreciação
Imposto de renda e contribuição social - diferido	926	2.104
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(7.951)	(6.245)
Imposto de renda e contribuição social	(7.025)	(4.141)

PROPOSTA DESTINAÇÃO DE RESULTADO

Conforme disposição legal (Lei das Sociedades por Ações), os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado. O Estatuto da BSE prevê que a Assembleia poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Dessa forma, em 17 de janeiro de 2020, a BSE efetuou o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios e adicionais propostos referentes aos exercícios de 2017 e 2018, no montante de R\$ 32.371 mil, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2019.

A proposta de Destinação de Resultado relativa ao exercício de 2019 elaborada pelos Administradores da Sociedade que será encaminhada à deliberação em Assembleia de Acionistas, prevê a distribuição de R\$ 6.481 mil em dividendos aos acionistas, conforme apresentado na **Tabela 3**, a seguir.

Tabela 3 – Proposta de Destinação de Resultado 2019

Proposta de Destinação do Resultado (em R\$)	2019
Lucro Líquido do Exercício	6.822.227,58
Reserva Legal (5%)	341.111,38
Lucro Básico para determinação do dividendo	6.481.116,20
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	1.620.279,05
Dividendos adicionais propostos	4.860.837,15
Total de Dividendos Propostos	6.481.116,20

MODELO DE NEGÓCIOS

A BSE é uma sociedade por ações, subsidiária integral da PETROBRAS. O modelo de negócios estabelecido pela Controladora prevê que a BSE atue sem quadro de pessoal próprio. Tal situação explica a ausência de Custos e Despesas de Pessoal no seu Demonstrativo de Resultados. Contudo, seus Administradores contam com o apoio das áreas Corporativas da PETROBRAS, tais como: Jurídico; Finanças (Seguros e Garantias); CENPES (Aplicação em Projetos de P&D); Conformidade; Auditoria Interna; Regulatório; dentre outras.

METAS E INDICADORES

No momento em que foram estabelecidas as Metas 2019 da BSE, não foi considerado a adoção do IFR16 (CPC 06/R2), o que prejudicou o atingimento das Metas 2019 de Rentabilidade IRENT e EBITDA. Além disso, os eventos não recorrentes ocasionados na rubrica Receitas Financeiras de R\$ 8.483 e Despesas Financeiras na ordem de R\$ 4.169 mil, totalizando R\$ 12.652 mil, prejudicaram o Resultado Operacional e o Lucro de Exercício, impactando diretamente nas Metas de EBITDA e IRENT.

No caso específico da Meta de EBITDA de R\$ 30.100 mil, o valor estabelecido como meta considerou a receita proveniente do Contrato de Locação do Turbogenerador nº 2, na ordem de R\$ 32.105 mil. Neste caso, considerando que a receita proveniente do Contrato de Disponibilidade de Máquinas (“Subarrendamento”) é destinada para efetuar o pagamento das despesas com o Contrato de Arrendamento com EMAE, a única fonte de receita da BSE provém do Contrato de Locação do Turbogenerador nº 2. Além disso, como resultado da adoção do IFRS/16 (CPC06/R2) a Companhia teve um impacto líquido negativo em seu Resultado proveniente do estorno de atualização monetária sobre arrendamento financeiro do Turbogenerador nº 2 na ordem de R\$ 8.483 mil, em função do fluxo futuro de recebíveis não mais considerar os efeitos de impostos recuperáveis de PIS/COFINS em seu fluxo de caixa futuro.

Ao analisar a Meta de Rentabilidade IRENT, os eventos não recorrentes e a adoção do IFRS16 ocasionaram brusca elevação no Ativo Total da BSE, que passou de R\$ 360.817 em 2018 para R\$ 627.788 mil em 2019 (alta de 74%).

Com a eliminação dos efeitos não recorrentes e do impacto provocado com a adoção do IFRS16, as Metas de EBITDA e de IRENT alcançaram, respectivamente, 120% e 93% das Metas estabelecidas, conforme apresentado na **Tabela 4** abaixo.

Tabela 4 – Metas e Resultados 2019

Indicadores	Meta 2019	Realizado	Realizado Ajustado
EBITDA (R\$ mil)	30.100	-4.373	36.215
IRENT (%)	6,7%	1,1%	6,2%
TAR	0	0	0

Legenda

EBITDA = (Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

IRENT = (Lucro Líquido / Ativo Total)

TAR = Taxa de Acidentados Registráveis

Memória de Cálculo	Realizado 2019	ajuste	Realizado Ajustado
a) Lucro Líquido	6.822	12.652	19.474
b) Ativo Total	627.788	-316.171	311.617
IRENT = (a / b)	1,1%		6,2%
c) Prejuízo Operacional	-6.229	8.483	2.254
d) Depreciação e amortização	1.856	0	1.856
e) Receita Turbogenerador nº 2	0	32.105	32.105
EBITDA = (c + d + e)	-4.373		36.215

POLÍTICA DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

Em atendimento a Lei 13.303/16, ao longo de 2019, a BSE implementou uma série de Políticas e Diretrizes de Governança recomendadas pela *holding* PETROBRAS.

Tendo em vista as características e atuação restrita da Companhia (o único cliente é a PETROBRAS), os Projetos Socioambientais da Usina Piratininga, que se encontra arrendada à PETROBRAS, constam no Relatório de Sustentabilidade da Controladora.

Cubatão, 01 de abril de 2020.

Aline Dias Leonardi
Diretora Técnica

Wellington Gomes Lucas
Diretor Administrativo



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Baixada Santista Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Baixada Santista Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Baixada Santista Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 9 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às Companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar à este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena Santos
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		3	30	Fornecedores		3.876	1.751
Contas a receber, líquidas	8.1	112.191	19.051	Arrendamentos mercantis	13	80.409	-
Contas a receber – FIDC	8.d	161.794	151.890	Dividendos a pagar	14.3	33.992	8.093
Imposto de renda e contribuição social	12.1	3.458	10.924	Imposto de renda e contribuição social	12.1	193	11.631
Impostos e contribuições	12.1	8.041	1.066	Impostos e contribuições a recolher	12.1	6	103
Despesas antecipadas	10	2.415	48.651	Contas a pagar		667	629
		287.902	231.612			119.143	22.207
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Fornecedores		-	2.101
Contas a receber, líquidas	8.1	293.598	93.391	Arrendamentos mercantis	13	193.316	-
Imposto de renda e contribuição social	12.1	42.928	30.598	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.2	11.287	13.390
Outros ativos realizáveis a longo prazo		1.504	1.503			204.603	15.491
		338.030	125.492	Patrimônio líquido			
				Capital social	14.1	297.136	297.136
				Reservas de Lucro	14.2	6.906	25.983
Diferido	11	1.856	3.713			304.042	323.119
		1.856	3.713				
		627.788	360.817			627.788	360.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2019	2018
Receita de arrendamento	15	-	80.307
Custo do arrendamento	16.1	-	(82.293)
Prejuízo bruto		-	(1.986)
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	16.2	(3.664)	(3.499)
Tributárias	16.3	(2.565)	(4.255)
		(6.229)	(7.754)
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(6.229)	(9.740)
Resultado financeiro líquido	17	17.192	43.131
Receitas financeiras		65.880	28.147
Despesas financeiras		(48.688)	(1.020)
Variações monetárias, líquidas		-	16.004
Lucro antes dos impostos		10.963	33.391
Imposto de renda e contribuição social	12.3	(4.141)	(22.400)
Lucro do exercício		6.822	10.991
Lucro básico e diluído por Ação ON (em R\$)	14.4	0,02	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro do exercício	6.822	10.991
Resultado abrangente total do exercício	6.822	10.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido
	Capital social	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2018	297.136	1.154	16.448	-	314.738
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.991	10.991
Destinações:					
Apropriação do lucro em reservas	-	551	-	(551)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.610)	(2.610)
Dividendos adicionais propostos	-	-	7.830	(7.830)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	297.136	1.705	24.278	-	323.119
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.822	6.822
Destinações:	-	-			
Dividendos aprovados			(24.278)		(24.278)
Apropriação do lucro em reservas		341		(341)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-		(1.620)	(1.620)
Dividendos adicionais propostos		-	4.861	(4.861)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	297.136	2.046	4.861	-	304.043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	6.822	10.991
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	1.856	1.856
Despesa financeira sobre arrendamentos	44.445	-
Receita financeira sobre arrendamentos	(62.860)	(18.769)
Rendimentos de recebíveis de ativo financeiro	(9.645)	(9.379)
Atualização sobre impostos e contribuições	(1.857)	(13.707)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	(2.104)	1.695
Redução (Aumento) de ativos		
Contas a receber	7.428	31.712
Recebimento de arrendamento e subarrendamento financeiro	117.577	33.970
Despesas antecipadas	1.049	(1.991)
Impostos e contribuições a recuperar	(5.427)	8.000
Aumento (Redução) de passivos		
Fornecedores	25	155
Outros passivos	37	(7.154)
Impostos e contribuições a recolher	292	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.828)	(206)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	85.810	51.481
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros	(259)	(51.462)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(259)	(51.462)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamento financeiro - EMAE	(85.578)	-
Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamentos	(85.578)	-
Redução/Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(27)	19
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	30	11
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	30

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2019	2018
Receita de serviços e outras receitas	-	88.493
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo das mercadorias	-	(61)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.808)	(83.875)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	-	(4.163)
	(1.808)	(88.099)
Valor adicionado (consumido) bruto	(1.808)	395
Depreciação e amortização	(1.856)	(1.856)
Valor consumido pela Companhia	(3.664)	(1.461)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variação monetária	65.880	44.150
Valor adicionado a distribuir	62.216	42.689
Distribuição do valor adicionado		
Tributos		
Federais	4.676	30.678
Municipais	2.030	-
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variações monetárias	48.688	1.020
Acionistas		
Lucro líquido do exercício	6.822	10.991
	6.822	10.991
Valor adicionado distribuído	62.216	42.689

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado e contrário)

1. Companhia e suas operações

A Baixada Santista Energia S.A. (“Companhia” ou “BSE”) foi constituída em 23 de março de 1999, tendo como objeto o desenvolvimento, financiamento, construção, operação e manutenção de usinas termelétricas, com o objetivo de produzir, comercializar, adquirir, exportar e importar energia elétrica e vapor das instalações, observados os termos e condições previstos na legislação aplicável.

A Companhia mantém transações relevantes com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras” ou “Controladora”), e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas Demonstrações Financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Geração de Energia

Em 21 de maio de 2008, a Petrobras cedeu à Companhia, Contrato de Arrendamento da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga, localizada na capital paulista, firmado em 27 de abril de 2007 com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, que pertence ao governo do Estado de São Paulo. O contrato estabeleceu pagamentos anuais de R\$ 45.000 pelo período de 17 anos, até 2024.

A Companhia celebrou, em fevereiro de 2013, Contrato de Disponibilidade de Máquinas com sua Controladora cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada, conforme Contrato de Concessão para geração de energia elétrica destinada a Serviço Público nº 001/2008, operando em ciclo combinado com as 4 Unidades Geradoras a gás natural da UTE Fernando Gasparian da Petrobras. O Contrato estabeleceu pagamentos mensais de R\$ 5.150, e vigência até 7 de julho de 2015.

Em função do término da outorga à BSE da concessão, em julho de 2015, e do Ministério de Minas e Energia não ter se posicionado sobre o assunto, a ANEEL manifestou-se pela prorrogação de 2 (dois) anos. O Contrato de Disponibilidade de Máquinas, conforme previsto contratualmente, foi prorrogado por mais 12 meses.

Em 1 de julho de 2017, foi firmado novo Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras que estabeleceu pagamentos mensais de R\$ 7.214, e vigência até 27 de abril de 2024.

1.2. Arrendamento mercantil

Em 3 de janeiro de 2011, a Companhia celebrou Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogenerador nº 2, com 159,9 MW - 234 MVA de potência, de sua propriedade, com a sua Controladora. Este contrato estabeleceu pagamentos semestrais de R\$ 11.100, pelo prazo de 17 anos, até 15 de novembro de 2024.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019:

A Companhia procedeu com os ajustes referentes à aplicação inicial do CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(i) Arrendamentos em que a Companhia é arrendatária

A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga, localizada na capital paulista, firmado em 27 de abril de 2007 com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, que pertence ao governo do Estado de São Paulo. O contrato estabeleceu pagamentos anuais de R\$ 45.000 pelo período de 17 anos, até 2024, conforme nota explicativa 13.

A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos muda porque a Companhia reconhece um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

A Companhia inclui nas obrigações do arrendamento os pagamentos devidos nos termos do arrendamento.

(ii) Arrendamentos em que a Companhia é arrendadora

A Companhia promoveu a classificação do subarrendamento com sua controladora representado Contrato de Disponibilidade de Máquinas com sua Controladora cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada com vencimento em novembro de 2024, no qual é arrendadora. A Companhia reclassificou o subarrendamento como arrendamento financeiro, levando ao reconhecimento de um valor a receber de R\$ 355.492 em 1º de janeiro de 2019.

As parcelas mensais de R\$ 5.150 estão sujeitas à variação do índice de Preço ao Consumidor IPCA, e o saldo em 31 dezembro de 2019 soma R\$ 316.171, em 31 de dezembro de 2018 soma R\$ 7.538. O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está apresentado na nota 8 b.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1.3. Comodato

Em 17 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Comodato do Turbogenerador nº 1, de sua propriedade, com 159,9 MW - 234 MVA de potência, com a sua Controladora - Petrobras, por 730 dias, com vigência até 19 de fevereiro de 2016 ("Contrato"). De acordo com o referido Contrato, a Petrobras estava obrigada a restituir o Turbogenerador em até 90 dias após o vencimento do prazo contratual, em perfeito estado de conservação e funcionamento, acrescido de todas as benfeitorias realizadas.

Contudo, o turbogenerador continuou em uso pela Petrobras, na localidade de Alto do Rodrigues (RN), e a Companhia computou multa diária, no valor de R\$ 5, prevista na cláusula 5.1 do Contrato, devido ao atraso na devolução do bem. Houve ainda a aplicação da penalidade de aluguel diário, prevista na cláusula 5.1.1 do Contrato, cuja base de cálculo incide sobre o valor do bem, que foi definido através de Laudo de Avaliação.

O aluguel diário no período compreendido entre 20 de abril de 2017 e 01 de dezembro de 2017, data em que foi firmado novo Contrato de Comodato com vigência até 01 de dezembro de 2019, no montante total de R\$ 32.009 foi recebido no exercício de 2018.

Em 29 de novembro de 2019, a Companhia celebrou novo comodato com a Petrobras de um conjunto turbogenerador, da marca GE de 159,9 MW, modelo 7FH2, nº de série 337X781, acionado por 01 turbina a gás, modelo 7FA, completo devidamente montado sobre a plataforma e armazenado. De acordo com o referido contrato o prazo de vigência é de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da celebração do mesmo, podendo ser prorrogado por até igual período mediante concordância das partes.

2. Base de elaboração e preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os Administradores da Companhia, em reunião realizada em 01 de abril de 2020, autorizaram a divulgação destas demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as políticas contábeis adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores, exceto pela aplicação do CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil que foi adotado pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019.

As notas que apresentam práticas contábeis são:

Notas Explicativa

- 8. Contas a receber
- 11. Diferido
- 12.1. Tributos correntes
- 12.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos
- 13. Arrendamentos mercantis
- 14. Patrimônio Líquido
- 14.4. Resultado por ação
- 15. Receita de arrendamento
- 18. Processos judiciais e contingências

4.1 Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

O ativo imobilizado da Companhia é composto por dois conjuntos turbogeradores, sendo que um está arrendado para a Petrobras (nota explicativa 1.2) e o segundo está cedido em comodato (nota explicativa 1.3).

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

4.2 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do diferido com vida útil definida, quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é Comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

4.3 Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

4.3.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.
- Financeiros derivativos.

4.3.2 Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

5. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir é apresentada informação apenas sobre prática contábil e estimativa que requer elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que pode afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

5.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Baixada Santista Energia com base em pareceres de seus assessores (Jurídico da Petrobras).

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 18.

5.2 Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o Grupo Petrobras, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração. A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos estão apresentados na nota explicativa 12.2.

5.3 Perdas de crédito esperado

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

6. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2019, a companhia adotou inicialmente os requerimentos contidos nos seguintes pronunciamentos CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil, no qual os impactos serão demonstrados nas notas 13, 15, 16 e 17 e ao ICPC 22 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro no qual não houve impacto para a companhia.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

7. Novos pronunciamentos contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição	Data de vigência
<i>Definição de um negócio</i> - Alterações ao CPC 15	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio no âmbito do CPC 15 – Combinação de Negócios ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020, aplicação prospectiva.
<i>Definição de materialidade</i> - Emendas ao CPC 26 e CPC 23.	Altera a definição de "material" de forma a estabelecer que uma informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários primários das demonstrações contábeis. Esta atualização promoveu alterações no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.	1º de janeiro de 2020, aplicação prospectiva.

Quanto às emendas listadas acima, a companhia não estima impactos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

8. Contas a receber

8.1. Contas a receber, líquidas

	dez/19	dez/18
Terceiros	1.552	1.552
Partes relacionadas (nota explicativa 9)		
Arrendamento mercantil (c)	86.177	101.573
Reembolso de encargos setoriais (a)	1.889	1.779
Disponibilidade de máquinas (b)	316.171	7.538
	405.789	112.442
Circulante	112.191	19.051
Não circulante	293.598	93.391
	405.789	112.442

a) Reembolso de encargos setoriais

Refere-se ao reembolso dos encargos de transmissão – CCT (Contrato de conexão ao sistema de transmissão) e CUST (Contrato de uso do sistema de transmissão) pagos pela BSE, e cobrados da Petrobras, mediante previsão contratual.

b) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil (subarrendamento)

Representado pelo contrato de disponibilidade de máquinas, relacionados a dois turbogeradores vinculados à Usina Termoelétrica Piratininga, celebrado em janeiro de 2013, com efeito retroativo a abril de 2012, e vencimento em Novembro de 2024. As parcelas mensais de R\$ 5.150 estão sujeitas à variação do índice de Preço ao Consumidor IPCA. A partir de 1º de janeiro de 2019 a Companhia adotou o CPC 06 (R2) e tal arrendamento passa a ser considerado como subarrendamento.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O saldo presente dos recebimentos mínimos em 31 de dezembro de 2019 soma R\$ 316.171, e em 31 de dezembro de 2018 soma R\$ 7.538 referente a uma parcela do contas a receber. A taxa de juros nominal incremental dos recebíveis de arrendamento na adoção inicial foi de 8,0784%. O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está composto da seguinte forma:

	Saldo em 31/12/2018	Adoção CPC 06 (R2)	Recebimentos	Reajuste	Reajuste de encargos nominais	Encargos nominais incorridos	Saldo em 31/12/2019
Subarrendamento	-	355.492	(76.338)	12.797	(2.219)	26.439	316.171
						Recebimento	
Compromissos Estimados			Valor Futuro		Juros à incorrer		Valor
Circulante			84.737		(3.273)		81.464
Não circulante			289.533		(54.826)		234.707
Em 31 de dezembro de 2019			374.270		(58.099)		316.171

c) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles)

Representados, pelo Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogenerador nº 2, celebrado com a Petrobras. O contrato tem vigência até 15 de novembro de 2024, 5.066 dias contados da assinatura do contrato, com parcelas vencíveis semestralmente, corrigido pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está composto da seguinte forma:

	Recebimentos		
	Valor Futuro	Juros nominais Anuais	Valor Presente
Compromissos Estimados			
2020	32.105	(4.820)	27.285
2021 – 2022	64.211	(27.163)	37.048
2023 em diante	64.211	(42.367)	21.844
Em 31 de dezembro de 2019	160.527	(74.350)	86.177
Circulante	32.105	(4.820)	27.285
Não circulante	128.422	(69.530)	58.892
Em 31 de dezembro de 2019	160.527	(74.350)	86.177
Circulante	35.378	(27.196)	8.182
Não circulante	176.890	(83.499)	93.391
Em 31 de dezembro de 2018	212.268	(110.695)	101.573

A Companhia classifica as parcelas recebidas do arrendamento como atividade de financiamento por entender que a operação se trata de uma venda financiada.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia teve um impacto líquido negativo em seu resultado de atualização monetária sobre arrendamento financeiro de R\$8.482, em função de seu recebível não mais considerar os efeitos de impostos recuperáveis em seu fluxo de caixa futuro. A Companhia entende que essa atual estimativa reflete de maneira adequada o seu fluxo de recebimento futuro. (Nota 17).

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

d) Contas a receber – FIDC

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 161.794 (R\$ 151.890 em 31 de dezembro de 2018), representa os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP, com a adoção do CPC 48, encontram-se classificados na categoria de valor justo por meio de resultado.

Política Contábil

Quando a companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais recebíveis, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o mesmo possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

A companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

9. Partes relacionadas

9.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política de transações com partes relacionadas da Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

	Petrobras	
	12/2019	12/2018
Ativo		
Circulante		
Arrendamento (nota explicativa 8.c)	27.285	8.182
Subarrendamento (nota explicativa 8.b)	81.464	7.538
Reembolso de encargos setoriais (nota explicativa 8.a)	1.890	1.779
	110.639	17.499
Não circulante		
Contas a receber arrendamento (nota explicativa 8.c)	58.891	93.391
Contas a receber subarrendamento (nota explicativa 8.b)	234.707	-
	293.598	93.391
	404.237	110.809
Passivo		
Circulante		
Dividendos (nota explicativa 14.3)	(33.992)	(8.093)
	(33.992)	(8.093)
	12/2019	12/2018
Resultado		
Receita de arrendamento (nota explicativa 19)	52.282	18.769
Receita de cessão de disponibilidade (nota explicativa 17)	-	88.493
Atualização monetária ativa sobre arrendamento (nota explicativa 19)	-	13.707
	52.282	120.969

9.2. Remuneração dos administradores da Companhia

Os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Baixada Santista S.A.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

10. Despesas antecipadas

O encargo semestral antecipado à Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE, relativo ao contrato firmado de arrendamento operacional dos ativos da Usina Termelétrica Piratininga até dezembro de 2018 era contabilizado como despesa antecipada e apropriado durante 6 meses. Com a adoção do CPC 06(R2), foi contabilizado em contas a receber a totalidade do contrato de arrendamento, assim deixando de existir uma despesa antecipada. Em 31 de dezembro de 2019 figura na conta o valor de R\$ 2.415 que refere-se a pagamento de seguro garantia.

11. Diferido

	Gastos pré-operacionais
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.713
Amortização	(1.857)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.856

Política Contábil

A Companhia manteve o saldo de ativo diferido de 31 de dezembro de 2008, que continuará a ser amortizado pelo prazo de 10 anos, e sujeito ao teste de redução do valor recuperável de ativos (*impairment*), em conformidade com a Lei 11.941/2009. Decorre de gastos pré-operacionais, que começaram a ser amortizados a partir de 2011, em função da celebração do contrato de arrendamento mercantil.

12. Tributos

12.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante		Ativo não Circulante (i)		Passivo Circulante	
	12/2019	12/2018	12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
No país:						
Imposto de renda	3.458	9.872	36.367	25.196	-	7.533
Contribuição social	-	1.052	6.561	5.402	193	4.098
	3.458	10.924	42.928	30.598	193	11.631

- (i) Refere-se ao IRPJ e CSLL retidos dos exercícios de 2011 à 2015 e 2017 à 2018, o qual foi objeto de pedido de restituição junto à Secretaria da Receita Federal.

Demais impostos e contribuições	Ativo Circulante		Passivo circulante	
	12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
PIS/COFINS	7.967	992	3	96
IRRF	-	-	1	-
Outros impostos	74	74	2	7
	8.041	1.066	6	103

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Política Contábil

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

12.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Arrendamento mercantil financeiro (i)		Arrendamento e subarrendamento mercantil (ii)		Total
	Imobilizado	Contas a receber	Arrendamento EMAE	Subarrendamento Petrobras	
Em 31 de dezembro de 2017	(16.858)	28.553	-	-	11.695
Reconhecido no resultado do exercício	950	745	-	-	1.695
Em 31 de dezembro de 2018	(15.908)	29.298	-	-	13.390
Reconhecido no resultado do exercício	950	(90)	(16.215)	13.252	(2.103)
Em 31 de dezembro de 2019	(14.958)	29.208	(16.215)	13.252	11.287

(i) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A administração considera que as obrigações fiscais diferidas serão realizadas na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

(ii) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos s/ diferenças temporárias do CPC 06 (R2)

O cálculo dos impostos diferidos referente a adoção do CPC 06 (R2) foram efetuados com base nas adições e exclusões temporárias, e serão realizados na proporção da vigência dos contratos de arrendamento e subarrendamento.

Políticas Contábeis

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores financeiros de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

12.3. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Lucro antes dos impostos	10.963	33.391
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(3.727)	(11.353)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(1)	(1)
Arrendamento financeiro	(3.123)	1.189
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	2.686	2.541
Outros	24	(24)
Ajustes contabilizados em 2018 (IRPJ e CSLL de 2016 e 2017)	-	(14.800)
Imposto de renda e contribuição social	(4.141)	(22.400)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.103	(1.695)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.244)	(20.705)
	(4.141)	(22.400)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	38%	67%

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13. Arrendamentos mercantis

Pela adoção do CPC 06 (R2), a Companhia reconhece em 2019 a dívida total do contrato de arrendamento existente com a EMAE.

	Saldo em 31/12/2018	Adoção CPC 06 (R2)	Pagamentos	Reajuste	Reajuste de encargos nominais	Encargos nominais incorridos	Saldo em 31/12/2019
Financiamentos - EMAE	-	314.859	(85.578)	20.837	(3.774)	27.381	273.725

A taxa nominal de juros anual sobre o contrato de arrendamento com a EMAE com a Petrobras é de 9,0300%.

Compromissos Estimados (a pagar)	Valor Futuro	Juros à incorrer	Valor Presente
Circulante	85.577	(5.168)	80.409
Não circulante	242.469	(49.153)	193.316
Em 31 de dezembro de 2019	328.046	(54.321)	273.725

Políticas Contábeis

(i) Determinação quando um contrato contém arrendamento

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

(ii) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

(iii) Pagamento dos arrendamentos

Os passivos de arrendamentos são mensurados inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Esse passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração dos pagamentos futuros de arrendamento, resultante de alteração em índices ou taxas, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

14. Patrimônio Líquido

14.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 297.136, está representado por 297.136.068 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

14.2. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da reserva legal é de R\$ 2.046 (R\$ 1.705 em 31 de dezembro de 2018).

14.3. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O estatuto prevê que o Conselho de Administração poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

As demonstrações financeiras dos anos de 2017 e 2018, e os seus dividendos mínimos obrigatórios e adicionais propostos, nos valores de R\$ 21.931 e R\$ 10.440, respectivamente, foram aprovados pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 18 de dezembro de 2019, e a liquidação ocorreu em 17 de janeiro de 2020.

A proposta dos dividendos relativos ao exercício de 2019, no valor de R\$ 1.620, será encaminhada pela Administração da Baixada Santista a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2020 .

Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	6.822	10.991
Apropriação:		
Reserva legal	(341)	(551)
Lucro básico para determinação do dividendo	6.481	10.440
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	1.620	2.610
Dividendos adicionais propostos	4.861	7.830
Total de dividendos propostos	6.481	10.440

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

14.4. Resultado por Ação

	12/2019	12/2018
Lucro líquido atribuível aos acionistas	6.822	10.991
Quantidade de ações	297.136.068	297.136.068
Lucro básico e diluído por ação ordinária- (R\$ por ação)	0,02	0,04

Política Contábil

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

15. Receita de arrendamento

	12/2019	12/2018
Receita bruta de disponibilidade de máquinas (a)	-	88.493
Encargos sobre contrato de disponibilidade de máquinas	-	(8.186)
Receita líquida	-	80.307

(a) Receita bruta de disponibilidade de máquinas

A Companhia celebrou, em fevereiro de 2013, Contrato de Disponibilidade de Máquinas com sua Controladora cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratinga, com capacidade instalada de 95 MW cada, conforme Contrato de Concessão para geração de energia elétrica destinada a Serviço Público nº 001/2008, operando em ciclo combinado com as 4 Unidades Geradoras a gás natural da UTE Fernando Gasparian da Petrobras. O Contrato estabeleceu pagamentos mensais de R\$ 5.150, e vigência até 7 de julho de 2015. No mesmo mês, em função do término da outorga à BSE da concessão, e do Ministério de Minas e Energia não ter se posicionado sobre o assunto, a ANEEL manifestou-se pela prorrogação de 2 (dois) anos. O Contrato de Disponibilidade de Máquinas, conforme previsto contratualmente foi prorrogado por mais 12 meses.

Em 1 de julho de 2017, foi firmado novo Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras que estabeleceu pagamentos mensais de R\$ 7.538, e vigência até 27 de abril de 2024.

Por conta da adoção à nova norma que traz um novo tratamento as operações de arrendamento mercantil (CPC 06 (R2)), a Companhia, em linha com o Contrato de Disponibilidade de Máquinas, onde o controle dos ativos previstos em contrato é de posse da controladora (Petrobras), figura como arrendador intermediário e registrou o contrato acima citado de forma similar a um subarrendamento mediante referência ao ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal (EMAE). Assim, durante o período até 27 de abril de 2024, a Companhia reconhece tanto uma receita financeira sobre o Contrato de Disponibilidade de Máquinas (subarrendamento) como despesas de juros sobre o arrendamento principal (EMAE) e não mais, ambos como receita líquida operacional.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

16. Custo e despesa por natureza

16.1. Custo do Arrendamento

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Arrendamento mercantil da UTE Piratininga	-	(82.232)
Encargos de uso do sistema de transmissão		(61)
	-	(82.293)
Na Demonstração do Resultado		
Custo do Arrendamento		(82.293)
	-	(82.293)

- (a) Pela adoção do CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu em 2019 a dívida total do contrato de arrendamento existente com a EMAE, logo não há mais custos com arrendamento.

16.2. Despesas Gerais e Administrativas

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Serviços, fretes, aluguéis e encargos gerais	(416)	(353)
Depreciação e amortização	(1.856)	(1.856)
Outras despesas administrativas	(1.392)	(1.290)
	(3.664)	(3.499)
Na Demonstração do Resultado		
Gerais e administrativas	(3.664)	(3.499)
	(3.664)	(3.499)

16.3. Despesas Tributárias

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
PIS/COFINS sobre arrendamento financeiro e outras receitas	(534)	(4.215)
Impostos e Taxas	(2.030)	(40)
	(2.564)	(4.255)
Na Demonstração do Resultado		
Tributárias	(2.564)	(4.255)
	(2.564)	(4.255)

- (b) Referem-se aos impostos arrendatários. Em função da adoção do CPC 06, os impostos não são mais considerados como recebíveis no arrendamento. A remensuração no fluxo futuro dos recebimentos da Companhia gerou esse impacto no resultado.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

17. Resultado financeiro líquido

	31.12.2019	31.12.2018
Juros sobre impostos	(4.243)	(1.020)
Reajuste Contratual EMAE (b)	(17.064)	-
Reajuste Contratual Subarrendamento (d)	10.578	-
Juros sobre arrendamento (a)	(27.381)	-
Receita de arrendamento mercantil financeiro do turbogerador (nota explicativa 8.c)	17.361	18.769
Receita sobre subarrendamento (nota explicativa 8.b)	26.439	-
Receitas com recebíveis de ativos financeiros (FIDC)	9.645	9.379
Atualização monetária ativa sobre arrendamento financeiro do turbogerador (c)	-	13.707
Atualização monetária sobre impostos e contribuições a recuperar	1.857	2.296
Resultado financeiro líquido	17.192	43.131
Receitas	65.880	28.147
Despesas	(48.688)	(1.020)
Variações monetárias, líquidas	-	16.004
	17.192	43.131

a) Juros sobre arrendamento

Com a adoção do CPC 06(R2) em 01 de janeiro de 2019 a Companhia apropria os juros sobre a parcela paga à arrendadora, assim como os juros sobre o valor recebido em razão do subarrendamento.

b) Reajuste Contratual EMAE

Em abril de 2019 houve um reajuste por índice de inflação ocorrido no contrato de arrendamento no qual a BSE é arrendatária da EMAE (Terceiros). Considerando a norma aplicável aos arrendamentos na visão da arrendatária, o valor da remensuração deste passivo deveria ser registrado em contrapartida ao ativo de direito de uso (imobilizado) da BSE, no entanto, como a BSE é um arrendador intermediário no subarrendamento, não possui o direito de uso do bem registrado, apenas o contas a receber do arrendamento (investimento líquido no arrendamento). Nesse sentido, cabe esclarecer que, segundo o parágrafo 7 do IFRIC 1, se um ativo de abandono atingiu o final de sua vida útil, ou seja, seu valor contábil foi reduzido a zero, todas as alterações subsequentes no passivo deverão ser reconhecidas no resultado na medida em que ocorrerem.

c) Atualização monetária sobre arrendamento

A partir de 01 de janeiro de 2019, com a adoção do normativo CPC 06(R2), a companhia não retrata mais a atualização monetária sobre o arrendamento mercantil financeiro conforme entendimento dos itens 80 do CPC 06 (R2) e 5.4.3 do CPC 48, com isto os efeitos da variação do IPCA sobre o contas a receber do arrendamento, que era provisionado mensalmente, passar a ser registrado totalmente na data base do reajuste do contrato.

d) Reajuste Contratual Disponibilidade de máquinas (Subarrendamento)

Em agosto e outubro de 2019 o contrato de cessão de disponibilidade de máquinas no qual a BSE é arrendadora da Petrobras foi reajustado pelo índice de inflação gerando um ganho de R\$ 10.578. que foi registrado como receita financeira.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

18. Processos judiciais e contingências

18.1. Processo judicial não provisionado

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para o qual não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2019 e 2018, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Estimativa - 2019	Estimativa - 2018
Cível	1.804	1.738
Execução Fiscal	58.715	56.517
	60.519	58.255

O quadro a seguir detalha a principal causa de natureza cível, cuja expectativa de perda está classificada como possível:

a) Processo de natureza cível

	Estimativa 2019	Estimativa 2018
Autor: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL		
Auto de infração pela conservação inadequada de bens e instalações da Usina Termelétrica Piratininga, da qual a Companhia é concessionária.		
Situação atual: A BSE ingressou com Ação Judicial para questionar a cobrança da multa. Foi deferida, na ação judicial, a antecipação de tutela com suspensão da exigibilidade da multa de que trata o Auto de Infração em questão. A ANEEL foi intimada da decisão judicial para se abster de inscrever a multa em dívida ativa e em cadastro de inadimplentes ou excluí-la, se for o caso. Assim, o Auto de Infração encontra-se na situação "Suspenso com depósito judicial".	1.804	1.738

b) Execução Fiscal

	Estimativa	
	2019	2018
Autor: Procuradoria Geral da Fazenda Nacional		
A execução fiscal tem por objeto, supostas infrações cometidas pelo contribuinte no Processo Administrativo Fiscal nº 10845.725847/2015-5.		
Situação atual: Trata-se de autuação fiscal para a cobrança de PIS e COFINS em razão do não reconhecimento do direito ao crédito desses tributos pelo arrendamento de turbogeradores, bem como de cobrança de IR e CSLL por entender ter ocorrido omissão de receita em razão do arrendamento. A contingência está sendo objeto de discussão no âmbito judicial, encontrando-se o crédito garantido por seguro. Aguardando o processamento dos embargos à execução.	58.715	56.517

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não apresentava processos de qualquer natureza com probabilidade de perda provável.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Política Contábil

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não possuía processos com expectativa de perda provável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

19. . Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

19.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Durante os exercícios de 2019 e 2018 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da companhia.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	31.12.2019	31.12.2018
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	30
Contas a receber, líquidas	112.191	19.051
Contas a receber – FIDC	161.794	151.890
	273.988	170.971
Não circulante		
Contas a receber, líquidas	293.598	93.391
	567.586	264.362
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	3.876	1.751
Arrendamentos mercantis	80.409	-
Dividendos	33.992	8.093
	118.277	9.844
Não circulante		
Fornecedores	-	2.101
Arrendamentos mercantis	193.316	-
	311.593	11.945

19.1.1. Prática contábil

Caixa e equivalente de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

19.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros, ativos e passivos, não derivativos, são classificados na categoria “Custo amortizado” (exceto o Contas a receber FIDC, classificado na categoria de “Valor justo por meio do resultado”), com recebimentos e pagamentos fixos ou determináveis, os quais não possuem a característica de negociação em mercados organizados.

Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

19.3. Gerenciamento de riscos

A gestão da Companhia é realizada por seus Administradores (Diretores e Conselheiros de Administração), com base em seu Estatuto Social e na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua Controladora, a Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos empresariais e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos e financeiros, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

19.3.1. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

19.3.2. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalente de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua Controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua Controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

O risco de crédito associado ao contas a receber do Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogenerador nº 2 é atenuado por possuir como único cliente, sua Controladora, a Petrobras.

19.3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros, ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos, basicamente com despesas de locação, necessárias ao negócio. Os recebíveis da Companhia estão concentrados na sua Controladora, a Petrobras, que é o único cliente.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

19.3.4. Risco cambial

No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais, é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. A companhia avalia permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não possuía ativos e passivos com riscos cambiais.

19.4. Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Baixada Santista Energia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

19.5. Risco operacional

Devido a Companhia não possuir quadro de pessoal próprio, e depender da Controladora, Petrobras, para a execução das suas atividades e seus processos administrativos e financeiros, há o risco de paralisação das atividades da BSE, em caso de eventuais interrupções de atividades na Controladora, como os decorrentes de mobilizações sindicais, greves ou outros eventos.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

20. Eventos Subsequentes

a) COVID-19

A Administração da Companhia avaliou, por ser um fato relevante, nos termos CPC 24, a necessidade de projeções e estimativas relacionados aos riscos do COVID-19, e concluiu que até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, não foram identificados efeitos materiais.

DIRETORIA EXECUTIVA

ALINE DIAS LEONARDI

Diretora Técnica

WELLINGTON GOMES LUCAS

Diretor Administrativo

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.

CRC-RJ 001.137/O-0

LUCIANA DOS SANTOS UCHÔA

Contadora

CRC RJ "s" SP 081003/O-8